

ENLACES E DESENLACES: Reflexões sobre a dualidade e pluralidade

Carlos Reis

1. A presente reflexão incide sobre momentos específicos de um diálogo intercultural, envolvendo portugueses e brasileiros. Diálogo não isento, como se sabe, de equívocos e de mal entendidos; diálogo em que inevitavelmente se representam imagens: imagens de um outro que se busca apreender e compreender, no devir de uma História cujos pontos de contacto (e também de ruptura) estimulam o que aqui fundamentalmente está em causa: enlaces e desenlaces, conjunções e disjunções, convergências e divergências, cumplicidades e conflitualidades, interpelações e silêncios.

Existe, como se sabe, um imaginário português do Brasil e do brasileiro, como existe (mas não é dele que agora me ocupo) um imaginário brasileiro de Portugal e do português. Esse imaginário português do brasileiro não incide, evidentemente, sobre o gentílico que designa, de forma objectiva, um vínculo político-jurídico que é o da nacionalidade do brasileiro como cidadão; esse imaginário torna-se interessante quando, para além do gentílico, contempla uma pluralidade de imagens subjectiva e culturalmente elaboradas. Por exemplo: a imagem do *brasileiro*, em designação sócio-literária construída a partir de uma personagem ficcional típica, difundida na literatura portuguesa da segunda metade do século XIX e ainda da primeira metade do século XX, personagem em que se tematizam as questões da emigração e do retorno: este *brasileiro*, não o esqueçamos, é português de origem e emigrou para o Brasil sobretudo a partir de determinadas regiões de Portugal.¹

Mas o termo *brasileiro* pode remeter ainda para uma outra designação, não raro de coloração pejorativa: designa-se assim a variante da língua portuguesa, tal como é falada no Brasil. A designação identifica, então, uma *língua outra*, fazendo-o normalmente do ponto de vista de quem se julga proprietário de um idioma em risco de alienação e de degradação. Derivadamente (mas agora sem contaminação negativa) o português do Brasil serve de suporte expressivo a uma literatura autonomizada: a literatura brasileira, campo de produção literária susceptível de interagir, como algumas vezes tem feito nos últimos 150 anos, com a literatura portuguesa. De algumas destas imagens e temas tratará o presente texto.

2. As intervenções de Eça de Queirós sobre o Brasil e sobre o brasileiro são conhecidas e encontram-se longamente analisadas.² Um aspecto localizado dessas intervenções é constituído pelas reflexões de Fradique Mendes acerca do Brasil; trata-se aqui de uma espécie de particularização da imagística brasileira que em Eça se encontra, porque se articula nela uma dupla alteridade: a alteridade Brasil, equacionada pelo ponto de vista cultural de Fradique; e a alteridade Fradique, formada a partir de um gesto constitucional de Eça, quando configura essa personalidade a que incute conhecidos traços e comportamentos de autonomização.³ São dois os textos em que se enuncia isso a que chamo *dupla alteridade*: uma carta de Fradique Mendes (a carta X, d'A *Correspondência de Fradique Mendes*) a Madame de Jouarre e uma outra carta a Eduardo Prado, também assinada por Fradique, mas deixada inédita. O que desde logo permitiria, se este fosse o local para isso, indagar as razões pelas quais esta carta não foi incorporada no volume d'A *Correspondência de Fradique Mendes*, publicado em 1900, pouco depois da morte de Eça;⁴ e sobretudo interrogar esse silêncio, em relação directa com o melindre de que poderia revestir-se a questão brasileira para o chamado *último Eça*, melindre eventualmente atenuado, mas não resolvido por inteiro, desde que a dita questão brasileira era "transferida" para o discurso de Fradique.

3. A carta X a Madame de Jouarre trata, em geral, de aspectos da vida social portuguesa, vistos por um olhar estrangeirado, como era o olhar de Fradique Mendes e revelados a uma destinatária estrangeira: duplo *estranhamento*, portanto, motivando uma caracterização muito sugestiva da figura do comendador Pinho.

Trata-se aqui, obviamente, da figura do *brasileiro de torna-viagem*, glosado de forma mais marcante por outros escritores que não Eça (Camilo, Júlio Dinis, Luís de Magalhães, Aquilino Ribeiro, etc.) e neste

caso reduzido a traços de sumária caracterização tipificadora: os seus hábitos conservadores, a sua mentalidade calculadamente pacata e a sua economia de avara poupança. O comendador Pinho ilustra, assim, uma imagem do Brasil como cúmplice de uma cultura de emigração que recebe portugueses para os devolver à pátria como “brasileiros”. É essa cultura de emigração que em parte origina uma economia estática, fundada na poupança passiva e não no investimento activo; de alguma maneira, o Brasil que fomenta comportamentos como os do “brasileiro” Pinho (e os de todos os outros “brasileiros” semelhantes a ele) é indirectamente responsável pelo imobilismo de um país cuja estabilidade social de superfície não anula os riscos de um colapso político e económico facilmente previsível: aos interesses do “brasileiro” alude o financeiro Cohen, quando, no jantar do Hotel Central, explica a receita para uma possível bancarrota:

Simplesmente isto: manter uma agitação revolucionária constante; nas vésperas de se lançarem os empréstimos haver duzentos maganões decididos que caíssem à pancada na municipal e quebrassem os candeeiros com vivas à República; telegrafar isto em letras bem gordas para os jornais de Paris, de Londres e do Rio de Janeiro; assustar os mercados, assustar o brasileiro, e a bancarrota estalava.⁵

No caso de *A Correspondência de Fradique Mendes* não é o pelo discurso de uma qualquer personagem (mesmo que representativa de interesses definidos, como acontecia com o Cohen) que se problematiza o “brasileiro” e, de forma indirecta, o Brasil. Neste caso, é em função de uma singular estratégia discursiva e estilística que a questão é analisada: uma estratégia de comunicação epistolar, que condiciona à destinatária da carta o discurso enunciado e a argumentação que nele se articula. Essa destinatária é a dita Madame de Jouarre, uma mulher estrangeira, distante e desconhecadora de Portugal, figura com quem Fradique mantém um diálogo de especial cordialidade e afecto, distinto, por isso, do propósito (e do efeito) corrosivo de um texto de *Uma Campanha Alegre*⁶ ou mesmo da discussão que n’*Os Maias* se encena, no jantar do Hotel Central. E se estes parâmetros comunicativos seriam só por si suficientes para traçarem um trajecto de análise sinuoso, a dominante irónica que caracteriza o discurso fradiquista reforça o carácter enviesado dessa análise. É a ironia que tende a amenizar, sem contudo os cancelar, os defeitos deste Pinho e de um sistema que o complacente e sobranceiro (mais do que tolerante) Fradique Mendes no fundo despreza. A redução

de Pinho à “qualidade meritória” que é a da inofensibilidade do lobinho, constitui o momento culminante (o desenlace) de um percurso crítico que nem por ser subtil é menos devastador:

É o comendador Pinho um cidadão inútil? Não, certamente! Até para manter em estabilidade e solidez a ordem de uma nação, não há mais prestadio cidadão do que este Pinho, com a sua placidez de hábitos, o seu fácil assentimento a todos os feitiços da coisa pública, a sua conta do banco verificada às sextas-feiras, os seus prazeres colhidos em higiênico recato, a sua reticência, a sua inércia. De um Pinho nunca pode sair ideia ou acto, afirmação ou negação, que desmanche a paz do Estado. Assim gordo e quieto, colado sobre o organismo social, não concorrendo para o seu movimento, mas não o contrariando também, Pinho apresenta todos os caracteres de uma excrescência sebácea. Socialmente, Pinho é um lobinho. Ora nada mais inofensivo que um lobinho: e nos nossos tempos, em que o Estado está cheio de elementos mórbidos, que o parasitam, o sugam, o infeccionam e o sobreexcitam, esta inofensibilidade de Pinho pode mesmo (em relação aos interesses da ordem) ser considerada como qualidade meritória.

4. Conforme ficou já dito, a carta de Fradique Mendes a Eduardo Prado teve um desenlace por assim dizer exterior a ela, que foi o da sua não publicação, por razões que podem ser conjecturadas, mas não mais do que isso. Datada, por Fradique, de 1888, a carta poderá ter sido escrita pouco antes, nesse mesmo ano ou, quando muito, no anterior; a ser assim, ela seria praticamente contemporânea de um outro texto, de tema em parte coincidente, que Eça igualmente deixou inédito: o texto “O ‘Francesismo’”, datado por Guerra da Cal do ano de 1887, por razões que me parecem aceitáveis.⁷

Recorde-se, antes de mais, que a escolha de Eduardo Prado como destinatário de uma carta de Fradique coloca-o, em vários aspectos, ao mesmo nível de Oliveira Martins, de Guerra Junqueiro ou de Ramalho Ortigão. Amigos todos de Eça, de todos o escritor fez destinatários de cartas de Fradique e seus interlocutores privilegiados, na análise de questões que estruturam um pensamento a que usualmente chamamos fradiquismo.

O caso de Eduardo Prado é o de um brasileiro rico, culto e semi-exilado, com quem Eça estreitou relações nos anos de Paris, fazendo dele colaborador da *Revista de Portugal*: aí publicou Eduardo Prado, sob o pseudónimo Frederico de S., uma série de artigos sobre os tempos convulsos que o

Brasil vivia então, na transição do Império para a República; para além disso, Eça consagrou a Eduardo Prado um artigo publicado na *Revista Moderna* (vol. II, nº 2, 1898), texto depois integrado por Luís de Magalhães nas *Notas Contemporâneas*. Já nesse artigo, Eça realçava no amigo as qualidades de viajante exemplar, um viajante não prejudicado por um ponto de vista eurocêntrico e capaz, por isso, de entender o outro, através de um processo de compreensão e de simpatia (na acepção rigorosa de ambos os termos) em que ressoa alguma coisa do comportamento e da filosofia de vida de Fradique Mendes:

*E fervorosamente procurou compreender, e, através dessa compreensão, amar todos os povos a que aportava - estudando em cada um a virtude, ou a beleza, ou a energia próprias, enternecido aqui pela doçura rural, impressionado além pelo fragor industrial, igualmente partidário do beduíno no seu deserto e do construtor de Glasgow nos seus estaleiros, romano em Roma como manda Santo Anselmo e tanto deleita, mas hindu na Índia, e tão harmonicamente congénere entre os monges de algum sumido e secular mosteiro do Líbano, como entre os faustosos negociantes de lã nos clubes de Melbourne. Para conversar afectuosamente com as nações, como deseja Montaigne - não se importou jamais que elas fossem amarelas, ou cor de breu, que vestissem cabaia ou jaquetão de cheviote cortado na City, ou nem jaquetão nem cabaia, e apenas um colar e uma lança aguda. E, assim, de todas as sociedades em que mergulhou, recebeu um ensino inestimável, o mais fecundo e o mais puro, o ensino de que todo este largo mundo é uma pequena cidade, a verdadeira cidade entrevista por Epicteto, onde a diversidade dos hábitos esconde a identidade das almas, e onde Deus só espera que todos os que a habitam verdadeiramente se entre-amem, para então a tornar celeste e a habitar Ele também.*⁸

É também na qualidade de viajante que Fradique Mendes escreve a Eduardo Prado. Na sequência de uma viagem à pátria do amigo, Fradique procura reafirmar o que, do seu ponto de vista, deveria ser um Brasil efectivamente *brasileiro*: um Brasil cuja identidade não fosse adulterada pela imitação de modelos europeus, ou seja, pela adopção forçada disso a que Fradique Mendes chama “uma fatiota europeia feita de Francesismo, com remendos de vago Inglesismo e de vago Germanismo.”⁹

O que está em causa, para Fradique Mendes, é a recuperação de uma identidade perdida. O Brasil (e o brasileiro) a regenerar não são, contudo,

postulados de forma ideologicamente inocente. A identidade civilizacional que Fradique reclama para o Brasil é a de uma nação expurgada dos vícios inoculados por padrões económicos, políticos e culturais alheios e reconciliada com uma autenticidade rural perdida: ainda que procure matizar as afirmações que formula, Fradique declara que “tudo em redor dele, desde o céu que o cobre à índole que o governava, tudo patentemente indicava ao Brasileiro que ele devia ser um povo rural.”¹⁰ O que, naturalmente, lembra as teses fradiquistas sobre a lamentável desnacionalização do Portugal liberal e afrancesado, esquecido de virtudes ancestrais como as que são elogiadas na carta XII a Madame de Jouarre sobre a Quinta de Refaldes.

A proposta de regresso do Brasil e do brasileiro à autenticidade perdida confirma a existência da dupla alteridade a que antes me referi: diferente, autêntico e outro, relativamente a um ponto de vista europeu, será o Brasil desejado por Fradique e recuperado para uma identidade tropical quase adâmica; e contudo, não é Eça de Queirós quem postula esse Brasil *brasileiro*, um Brasil em que de certa forma se antecipam valores e representações que o primitivismo modernista do século XX tratou de reclamar. É um outro sujeito, em relação a Eça, quem o faz, parecendo evidente que o discurso enunciado por Fradique, sendo ideologicamente autonomizado, não está isento de focos de controvérsia: na própria *Correspondência de Fradique Mendes*, Ramalho Ortigão atacou a tese fradiquista do pitoresco;¹¹ e na sua conhecida carta a Alberto de Oliveira, Eça refutou um *nativismo* que, para ele, correspondia a um tradicionalismo retrógrado, ensimesmado e divorciado do presente.

A questão brasileira não era, então, pacífica nem linear para Eça, sobretudo quando nela estavam envolvidos problemas como os que a carta de Fradique a Eduardo Prado equacionava. Não se esqueça que o final do século XIX era um tempo ainda muito próximo do Brasil-colónia, com tudo o que essa proximidade implicava, no que respeita à viabilidade de um diálogo cultural emancipado e emancipador, entre Portugal e o Brasil. E não é certamente exagerado pensar que o Eça que escreveu crónicas para o Brasil fê-lo do ponto de vista de uma superioridade que era a de alguém que, a partir da Europa em que vivia, se dirigia uma nação e a um povo para ele carecidos dessa palavra culturalmente europeia e actualizada que ele enunciava;¹² mas se nessas crónicas – e porque o público brasileiro não podia, obviamente, ser agredido – essa superioridade era amenizada por um tom de cordial familiaridade próprio das assim intituladas “cartas familiares de Paris” e “bilhetes familiares de Paris,” a situação mudava, quando o sujeito do discurso era um

outro, em relação a Eça, um sujeito chamado Fradique Mendes. A este seria certamente consentido muito mais do que ao Eça cronista; e de facto, a carta a Eduardo Prado deveria explicitar uma crítica que não se encontra em nenhum texto deste Eça, ou seja, do Eça maduro do fim dos anos 80, sendo sabido que as diatribes anti-brasileiras d' *As Farpas* estavam já muito longe no tempo e tinham mesmo sido corrigidas pela reescrita daqueles textos de juventude, em *Uma Campanha Alegre*.

E mesmo assim, a carta a Eduardo Prado ficou por publicar. Se for certo que a sua escrita se situa no próprio ano de 1888, pode aventar-se que a não publicação terá ficado a dever-se pelo menos a duas razões conjugadas: o tema do francesismo (ou melhor: anti-francesismo) começava a ser incómodo para o cônsul de Portugal em Paris, que Eça foi a partir de 1888: também "O 'Francesismo'", recorde-se, ficou inédito. Por outro lado, a delicada e imprevisível situação política do Brasil, a partir de 1889, tomava arrojadas análises como a que a carta encerra, mesmo sendo essa carta subscrita por Fradique Mendes e não por Eça de Queirós.¹³ A suspensão da carta de Fradique Mendes a Eduardo Prado acabou, assim, por engrossar o caudal de muitos outros textos escritos e silenciados por Eça.¹⁴

5. As imagens do Brasil e do brasileiro que se encontram em Fradique Mendes são, como ficou dito, um aspecto localizado de um imaginário que evidentemente não se inaugura nem se encerra com ele. Decorrendo de um pensamento singular (e também singularmente inscrito no tempo queirosiano do fim desse século em que o Brasil se emancipara politicamente de Portugal), essas imagens não podem dissociar-se de um outro imaginário, mais vasto, difuso e abrangente: o da relação da nação europeia e colonial com a nação brasileira e pós-colonial, imaginário em que dificilmente se percebem enlances interculturais equilibrados. Noutros termos: o desenlace de uma independência ainda recente por certo dificultava, no século XIX, um diálogo cultural assente no reconhecimento efectivo da plena autonomia e da consolidada identidade de ambas as vozes desse diálogo, sem supremacia nem preconceitos da antiga metrópole em relação à ex-colónia.

Algumas décadas depois, a situação mudara. No contexto ideológico e histórico-literário da formação do Neo-Realismo português, os jovens escritores e intelectuais que em Portugal viveram essa formação protagonizaram um movimento de recepção literária que hoje podemos interpretar como a efectivação de um outro enlace cultural, agora vivido de forma mais madura e partilhada do que anteriormente. Em jeito de conclusão, a menção a esse episódio assume aqui o valor de um acontecimento simbólico e de certa forma inaugural.

De facto, talvez pela primeira vez na história cultural e literária portuguesa, o exemplo vinha também do Brasil. Se é verdade, como é consensualmente reconhecido, que a formação do Neo-Realismo português seguiu o rumo ideológico e literário de movimentos congêneres já consolidados – dentre os quais avulta, como é óbvio, o realismo socialista, a par do romance americano dos anos 30 –, não é menos certo que, do outro lado do Atlântico, soava uma palavra literária precursora. Isso mesmo foi expressamente reconhecido por críticos ligados directamente ao emergente Neo-Realismo (Mário Dionísio, Joaquim Namorado, Afonso Ribeiro, Afonso de Castro Senda) que em jornais como o *Sol Nascente* e *O Diabo* realçaram a exemplar qualidade de escritores como Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rêgo e até de um Amando Fontes (*Os Corumbas*) hoje praticamente esquecido, mesmo no Brasil. Era o romance nordestino, de funda implicação e compromisso social, que assim abria o caminho a uma literatura que, no Portugal do fim dos anos 30 e dos anos 40, surgia com motivações políticas e ideológicas tão fortes como as motivações propriamente literárias – ou até mais fortes do que elas.¹⁵

Que a fortuna literária do Neo-Realismo português tenha ficado aquém daquilo que os seus mentores desejavam é algo que agora não cabe ponderar. O que desejo conclusivamente sublinhar é o significado fundador de um diálogo como este a que, por fim, aludi. Um diálogo que, contribuindo para anular um desequilíbrio intercultural que parecia ainda efectivo no tempo de Eça, pôde abrir um momento privilegiado de conhecimento do Brasil por Portugal, reforçado também pelo enlace comum de um mesmo idioma. E essa é, ainda hoje, uma lição a recordar.

Notas

¹ Recentemente foi editado, como catálogo de uma exposição homónima, o volume *Os Brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal* (Lisboa, Com. Nac. para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000) que elucida, também pela bibliografia que nele se cita, o significado sociológico-cultural da figura do *brasileiro*.

² O volume colectivo, organizado por Benjamin Abdala Júnior, *Ecos do Brasil: Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas* (São Paulo, Editora SENAC, 2000) inclui ensaios que retomam as relações de Eça com o Brasil e a projecção de que nele tem desfrutado (cf. sobretudo António Cândido, “Eça de Queirós, passado e presente”; C. Reis, “Leitores brasileiros de Eça de Queirós: algumas reflexões”; Elza Miné, “Eça jornalista no Brasil”).

- ³ Remeto para o que escrevi no meu ensaio “Fradique Mendes: origem e modernidade de um projecto heteronímico”, inserto na obra de minha autoria *Estudos Queirosianos. Ensaíos sobre Eça de Queirós e a sua Geração*, Lisboa, Presença, 1999.
- ⁴ Esta é uma questão de muito problemática dilucidação, como em geral acontece com os póstumos e semi-póstumos queirosianos. Um dado recente, mas não decisivo, a este propósito, é o aparecimento do manuscrito da carta de Fradique a Eduardo Prado; cf. o meu breve texto “Nótula sobre três manuscritos queirosianos”. In *Leituras*, 7, 2000.
- ⁵ Eça de Queirós, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., pp. 165-166.
- ⁶ Note-se que em *Uma Campanha Alegre* Eça reajusta o retrato cruel do brasileiro que fora publicado n’ *As Farpas* (Fevereiro de 1872); por força desse reajustamento, o brasileiro é “transformado” em brasileiro de torna-viagem.
- ⁷ Cf. Ernesto Guerra da Cal, *Bibliografia Queirociana*. Tomo 1º. Coimbra. Por Ordem da Universidade, 1975, p. 361.
- ⁸ Eça de Queirós, “Eduardo Prado”. In *Notas Contemporâneas*. Lisboa, Livros do Brasil, s.d., pp. 364-365.
- ⁹ Eça de Queirós, “Última Carta de Fradique Mendes”, *Últimas Páginas*. Porto, Liv. Chardron, 1912, p. 454.
- ¹⁰ *Loc. cit.*, pp. 448-449.
- ¹¹ Recordem-se os termos em que Ramalho reprova Fradique: “– Você é um monstro, Fradique! O que você queria era habitar o confortável Paris do meado do século XIX, e ter aqui, a dois dias de viagem, o Portugal do século XVIII, onde pudesse vir, como a um museu, regalar-se de pitoresco e de arcaísmo... Você, lá na Rue de Varennes, consolado de decência e de ordem. E nós aqui, em vielas fedorentas, inundados à noite pelos despejos, de águas sujas, aturdidos pelas arruaças do marquês de Cascais ou do conde de Aveiras, levados aos empurrões para a enxovia pelos malsins da Intendência, etc., etc. Confesse que é o que você queria!” (*A Correspondência de Fradique Mendes*. Lisboa, Livros do Brasil, s.d., pp. 82-83).
- ¹² Conforme observa Elza Miné, referindo-se ao Eça cronista escrevendo para o Brasil, “a sua voz é também uma voz eurocêntrica. Se é bem verdade que acerbamente critica as mazelas europeias, quando se volta especificamente para o Brasil é sempre contando com o interesse que este teria – ou deveria ter – no juízo europeu, numa avaliação ‘civilizada’, enfim” (*Páginas flutuantes: Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2000, p. 36).
- ¹³ A confirmação destas cautelas pode encontrar-se no facto de Eça ter atribuído ao pseudónimo João Gomes o corrosivo texto que, no vol. I *Revista de Portugal* (1889), consagrou à implantação da república do Brasil.
- ¹⁴ Da questão dos silêncios de Eça ocupei-me na conferência de abertura do colóquio “The Later Eça Revisited”, realizado na Universidade de Massachusetts-Dartmouth a 3 e 4 de Novembro de 2000, conferência que será publicada nas respectivas actas.
- ¹⁵ Cf. C. Reis, *O discurso ideológico do Neo-Realismo português*. Coimbra, Almedina, 1983, p. 27; veja-se também Fernando Mendonça, *Três ensaios de literatura*. São Paulo, Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1967, pp. 27-41 e ainda o importante estudo de Benjamin Abdala Júnior, *A escrita neo-realista, (Análise sócio-estilística dos romances de Carlos de Oliveira e Graciliano Ramos)*. São Paulo, Ática, 1981.